



Sustentabilidade e desenvolvimento

O que esperar da RIO+20



Rio+20, renovando o compromisso

Em 2012, ano de realização da Rio+20, a Fundação Ford completa cinquenta anos de presença no Brasil e na América Latina. Ao longo de todo esse período, vem apoiando o fortalecimento da sociedade civil brasileira em diferentes processos relacionados à garantia de direitos, à justiça social e à conquista e consolidação da democracia.

Nosso compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável no país evidencia-se com o apoio às iniciativas que ajudaram a enfrentar os desafios do aumento da produção agrícola na década de 1960 e em meados dos anos 1970, e à profunda revisão que levou o foco das doações ao enfrentamento da pobreza e à garantia dos direitos. A Fundação Ford chegou à década de 1980 tratando diretamente da relação entre meio ambiente e desenvolvimento, cooperando, particularmente na Amazônia, para a crítica do modelo de desenvolvimento e à formulação de propostas alternativas de desenvolvimento sustentável.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, a fundação passou a apoiar iniciativas que buscassem garantir os direitos dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais, procurando contribuir para que as demandas dessas comunidades fossem inseridas nas políticas públicas de desenvolvimento. Naquele período, ajudou na formulação da então inovadora proposta de criação de um novo instrumento de reforma agrária para as comunidades de seringueiros, o Projeto de Assentamento Extrativista, e, depois, a Reserva Extrativista.

A preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cnumad), realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro, e mundialmente conhecida como Rio 92, contou com a participação da Fundação Ford, que apoiou seus par-

ceiros da sociedade civil, articulados no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, na organização do memorável Fórum Global, evento paralelo realizado no Aterro do Flamengo.

Ao mesmo tempo que a conferência oficial celebrava o conceito de desenvolvimento sustentável e conclamava os países ricos a financiar esse novo modelo de desenvolvimento, a sociedade civil global reunia uma grande diversidade de movimentos sociais (ambientalistas, movimento de mulheres, sindicatos, movimentos raciais, movimento indígena, entre outros), afirmando que o desenvolvimento sustentável deveria estar diretamente conectado à justiça social e às lutas contra a desigualdade e a pobreza.

A Rio+10, organizada pela ONU para avaliar, uma década depois, a Rio 92, foi realizada em 2002, em Johannesburgo (África do Sul), e, mais uma vez, a Fundação Ford apoiou a sociedade civil em diversas iniciativas de avaliação e proposição, que culminaram em um novo grande encontro paralelo ao evento oficial.

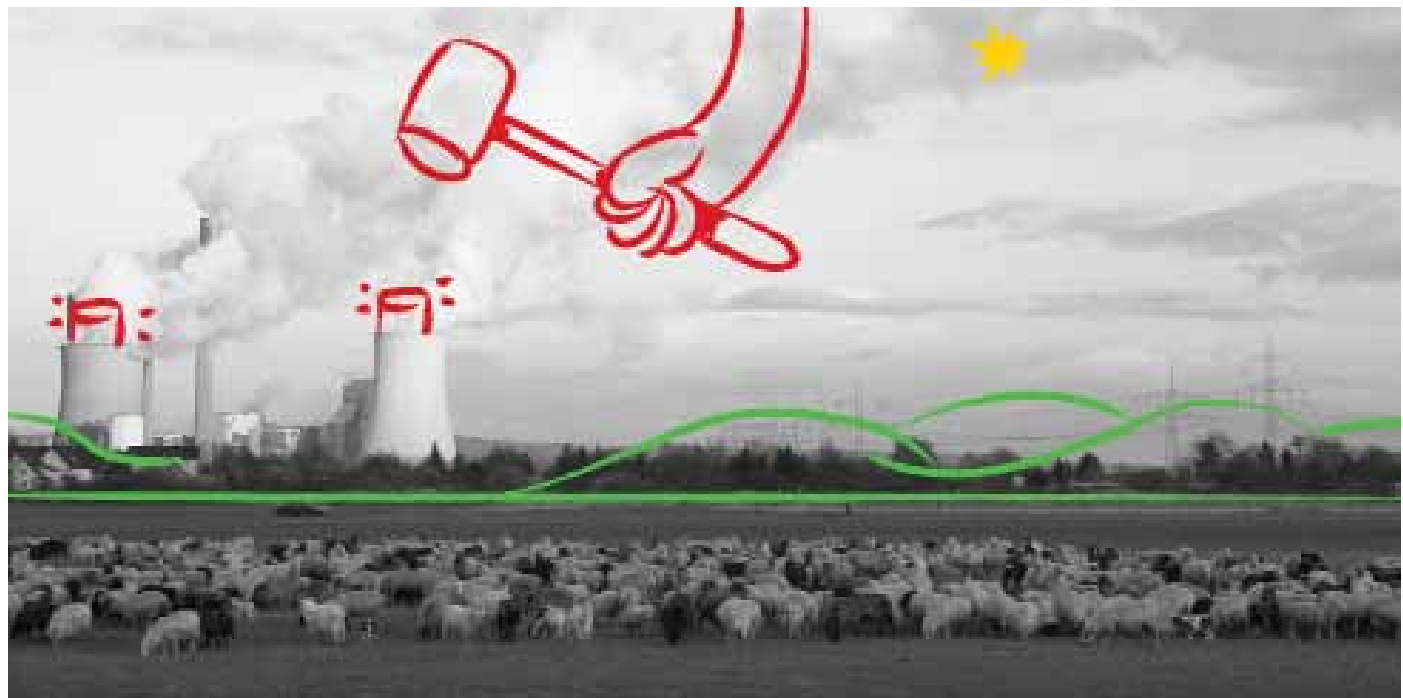
Agora, no processo preparatório da Rio+20, a Fundação Ford, como uma das formas de celebrar seus cinquenta anos no Brasil e na América Latina, renova seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, buscando trazer para a discussão uma perspectiva de direitos, com as vozes e as demandas daqueles que buscam justiça social.

Nesse sentido, a Fundação Ford se associa à iniciativa do *Le Monde Diplomatique Brasil* de publicar este Encarte Especial, com artigos de especialistas de diferentes áreas do conhecimento, todos comprometidos com a transformação social e a busca por justiça social e ambiental, o que certamente contribuirá para as discussões da sociedade brasileira e global em direção à Rio+20.

Os desafios da segunda Cúpula da Terra do Rio de Janeiro

Mais do que nunca, devemos abandonar a ilusão de que os mercados, deixados a si mesmos, sabem se autorregular. Na realidade, eles são míopes e insensíveis à dimensão social

POR IGNACY SACHS*



© Daniel Kondo sobre fotografia de Reuters / Kai Pfaffenbach

Pela segunda vez em vinte anos, a Cidade Maravilhosa acolherá a Cúpula da Terra sobre o Desenvolvimento Sustentável promovida pelas Nações Unidas. Será o primeiro evento internacional desse porte ocorrendo no Antropoceno finalmente assumido, uma nova era geológica que, na realidade, começou com a Revolução Industrial do século XVIII.

A entrada nessa nova era implica uma responsabilidade acrescida com relação à geração presente e às gerações futuras, e nos remete ainda a conceitos como solidariedade, empatia, fraternidade, em contraposição ao *Homo homini lupus* e a uma interpretação redutora do darwinismo social unicamente em termos de luta e competição entre as espécies.

Daqui em diante, devemos redefinir nossas estratégias de desenvolvimento de maneira a enfrentar simultaneamente dois desafios maiores: deter as mudanças climáticas deletérias, em boa parte pro-

vocadas pela emissão de gases de efeito estufa de origem antrópica, sem perder de vista as urgências sociais provocadas pelas diferenças abissais de nível de vida que hoje prevalecem no mundo.

Mais do que nunca, devemos abandonar a ilusão de que os mercados, deixados a si mesmos, sabem se autorregular. Na realidade, eles são míopes e insensíveis à dimensão social. O futuro passa pelo *aggiornamento* do planejamento baseado no tripé de objetivos sociais e éticos, de condicionalidade ecológica e de viabilidade econômica. Esta última vai depender de nossa capacidade de articular uma cooperação quadripartite entre os Estados orientados por uma visão desenvolvimentista, os empresários privados e públicos, os trabalhadores e a sociedade civil organizada.

O planejamento prosperou quando sua ferramenta principal era o ábaco. Paradoxalmente, perdeu a cota apesar de dispor hoje de computadores. A razão desse descrédito se explica, pelo menos em parte,

pela aliança espúria do planejamento com regimes autoritários e pelo poder de fogo da contrarreforma neoliberal.

A reabilitação do planejamento vai depender de nossa capacidade de articulá-lo com o bom funcionamento da democracia em todos os níveis, do local ao nacional e supranacional. A começar pelo planejamento local girando ao redor da identificação das urgências sociais, dos potenciais de recursos inaproveitados e dos insumos que devem vir de fora para desbloquear os pontos de estrangulamento. Os Territórios da Cidadania no Brasil têm aí um belo desafio à frente.

Na busca de terceiras vias reformistas, equidistantes do estadismo e do *laissez-faire* puros e duros, a experiência indiana do planejamento merece um estudo crítico aprofundado.

Uma entrada bem-sucedida no Antropoceno vai depender ainda de nossa capacidade de articular programas de cooperação científica e técnica internacional organizados segundo a geografia dos biomas, e não a proximidade territorial. Devemos pôr em marcha com urgência programas de aproveitamento de recursos renováveis do trópico úmido, das regiões semiáridas, das savanas, e assim por diante, priorizando o intercâmbio horizontal por paralelos, e não por meridianos. A experiência adquirida no manejo sustentável dos recursos da floresta amazônica deve ser confrontada com o que está ocorrendo nas florestas da Indonésia e da África central. O mesmo pode ser dito com relação aos demais biomas. Nas novas redes sul-sul, o Brasil e a Índia funcionarão como os abre-alas da cooperação entre os países emergentes.

Para que o novo padrão de cooperação se expanda com a necessária velocidade, as Nações Unidas deveriam criar com urgência um grande fundo de desenvolvimento incluyente e sustentável, financiado da maneira seguinte:

- reafirmação do compromisso várias vezes assumido e não honrado pela maioria dos países mais desenvolvidos de destinar 0,7% de seu PIB (inicialmente se falou até de 1%) como contribuição ao desenvolvimento dos países menos ricos;
- instauração da taxa Tobin para coibir as especulações financeiras;
- criação de um novo tributo taxando as emissões de carbono;
- por fim, pedágios sobre os ares e os oceanos, cobrados dos aviões e navios que os atravessam e justificados pelo fato de que se trata do uso de bens comuns da humanidade.

Acredito que, em poucos anos, poderíamos chegar a 2% do PIB mundial ou até mais, um recurso financeiro suficiente para reorientar em escala mundial os investimentos produtivos e financiar grandes programas de pesquisa sobre o aproveitamento sustentável de recursos renováveis dos diferentes biomas de nosso planeta para um desenvolvimento genuinamente incluyente.

Um assunto de particular importância: a interface entre as revoluções verde e azul, com diferentes variações sobre o tema “açudes e

diques”, inspirado pela experiência histórica chinesa e caracterizado por uma combinação eficiente de piscicultura e de horticultura, modelo esse a ser declinado para vários ecossistemas. No caso do Brasil: os igarapés amazônicos, o Pantanal mato-grossense, os lagos de represa por um lado e as lagoas salobras ao longo do litoral marítimo por outro, onde deveremos harmonizar os cinco Ps: pesca, piscicultura, portos, praias e, enquanto durar, extração do petróleo pré-sal.

Vasto programa para uma reunião de curta duração. Não acredito que, no breve período que nos resta, tenhamos tempo suficiente para preparar e negociar resoluções detalhadas, que cubram o espectro dos temas evocados acima. Por isso, penso que a conferência de junho deveria se centrar sobre dois assuntos:

- o reconhecimento tardio (*mieux vaut tard que jamais*) de nossa entrada numa nova era – o Antropoceno –, que coloca sobre a humanidade, como seu nome indica, responsabilidades acrescidas e duradouras;
- a preparação de um roteiro () para os próximos anos.

Deveríamos dar dois ou três anos aos países-membros para um dever de casa: elaborar planos de desenvolvimento plurianuais (de preferência dez ou até quinze anos), incorporando conceitos como a pegada ecológica e a biocapacidade de um lado, e a geração de oportunidades de trabalho decente (emprego e/ou autoemprego) de outro.

Em paralelo, as Nações Unidas deveriam se empenhar em duas tarefas:

- construir as redes de cooperação organizadas por biomas, articulando para tanto suas comissões regionais e agências substantivas;
- pôr em marcha a constituição do fundo de desenvolvimento incluyente e sustentável nas linhas propostas acima, associando ainda a esse empreendimento o recém-criado clube dos bancos de desenvolvimento (International Development Finance Club, IDFC), do qual o BNDES é um dos fundadores.

A etapa seguinte, a ser iniciada em 2015, vai consistir na articulação e harmonização dos planos nacionais para gerar sinergias positivas, a serem logradas graças ao apoio financeiro do fundo internacional e ao aproveitamento dos conhecimentos gerados pelas redes de cooperação científica e técnica sul-sul.

Yes, we can, como costuma repetir o presidente Barack Obama. O desenvolvimento incluyente e sustentável está (ainda) a nosso alcance. Porém, o tempo urge.

**Ignacy Sachs, ecossocioeconomista polonês e naturalizado francês, graduou-se em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas do Rio de Janeiro na década de 1950. É autor de mais de vinte livros sobre desenvolvimento e meio ambiente, entre eles Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento, São Paulo, Cortez, 2007.*

Não deixemos passar a hora!

Isto é um grito de angústia e um apelo. Só a cidadania mobilizada e com propostas pode impedir o fracasso anunciado de mais uma conferência da ONU. A sustentabilidade da vida e do planeta depende de nós

POR CÂNDIDO GRZYBOWSKI*



© Daniel Kondo sobre fotografia de Reuters/Supri

Estamos a menos de um ano da conferência Rio+20, e quase nada acontece. Nem parece que estamos diante do desafio incontornável de reverter um processo de desenvolvimento destrutivo da base natural da vida. Nossos governantes estão mais preocupados com a queima de capital especulativo nas bolsas e com a saúde dos bancos do que com as múltiplas crises em que a humanidade afunda: climática, alimentar, das condições de vida, da política e de valores éticos. Isso porque na atual estrutura de poder mundial, controlada pelos interesses das grandes corporações econômico-financeiras, pelos países desenvolvidos e pelos “emergentes”, não existe um real interesse político em mudar o que pode pôr em risco o “negócio do desenvolvimento”. Cidadãos indignados se insurgem contra tudo isso em várias partes do mundo, mas ainda não se deu a liga entre eles, a articulação que junta a diversidade num grande movimento irreversível.

Estamos diante de uma crise da própria civilização capitalista industrial, com seu produtivismo e consumismo, movida pela acumulação de riqueza, crescendo sempre, sem limites. Nunca podemos esquecer que essa civilização, em que a riqueza de um povo é medida pelo ter sempre mais e mais bens, pela renda *per capita*, pela acumulação e pelo crescimento do PIB, foi feita a pau e fogo, literalmente, durante os últimos séculos da história humana. Conquista e colonização, com escravidão de povos inteiros, Revolução Industrial baseada no uso intenso de energia fóssil e matéria-prima, com destruição e poluição ambiental quase sem volta, gerando a crise climática, com extrema miséria e extrema riqueza. Imperialismos e guerras, mudando de mãos e territórios, foram se sucedendo na medida da necessidade para garantir a dominação de tal civilização, até hoje. Com a globalização capitalista das últimas décadas, ela virou referência para praticamente toda a humanidade. Pelo pior caminho, criamos as condições para a emergência de uma comunidade planetária interdependente. Falta transformar tal fato em sonho coletivo, e vontade, em ação, na diversidade do que somos.

Em meio à convivência de abundância extrema com a miséria extrema, a civilização capitalista industrial produtivista e consumista exerce um fascínio enorme, conquistando corações e mentes quase sem fronteiras. O fato é que a economia e o poder que a sustentam, bem como seu estilo de vida, têm como pressupostos indispensáveis a dominação, o racismo e a discriminação, o machismo e a exclusão social, uma destruição ambiental que compromete a sustentabilidade da vida e do planeta.

Começa a surgir no seio das sociedades civis do mundo inteiro a consciência de que assim não dá para continuar. Precisamos mudar já! Mas eticamente não podemos salvar o planeta e esquecer a humanidade. Como mudar conciliando a agenda da sustentabilidade da natureza e da vida com a justiça social? Eis a grande questão para a cidadania e a democracia.

A enorme esperança gerada pela Rio 92 não foi capaz de se transformar em contraponto à avassaladora globalização neoliberal que tomou conta do mundo nos anos 1990 e no começo do novo século. Na mesma proporção em que cresceram as grandes empresas, aumentaram a disputa mundial por recursos, a destruição e a desigualdade. O objetivo do crescimento dos negócios a qualquer preço foi favorecido pela liberalização, desregulação e flexibilização, com desmonte da própria capacidade promotora de direitos e reguladora dos Estados. Esvaziou-se a ONU e cresceu o ilegítimo G8, sob liderança da única potência militar imperial, os Estados Unidos. Agora, no bojo da crise, apareceu o G20, um alargamento do clube fechado do poder mundial do G8, que não muda a essência da assimetria do poder e a dominação que propicia.

A agenda da justiça social foi relegada aos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, oito pontos nada ambiciosos, em que se acorda fazer justiça sem mudar as causas da injustiça. Mas nem isso está sendo feito. A falta de vontade de mudar o modo de organizar as sociedades, sua economia e seu poder fica mais clara ainda nas negociações que seguiram as convenções assinadas em 1992. A muito custo se chegou ao Protocolo de Kyoto, sobre mudanças climáticas, que nada mais é do que o pagamento pelo direito de continuar poluindo para que outros, em outros lugares do mundo, assumam o compromisso de captar carbono, com florestas em pé. Em Durban, em 2002, o negócio verde ganhou espaço na conferência, e perdeu-se a esperança de que ainda fosse possível almejar mudanças mais radicais. Novamente, em 2009, em Copenhague, parecia ressurgir a esperança. Porém, apesar da pressão das ruas, os governantes não fizeram mais que vagas promessas.

Assim não dá mais! As múltiplas e combinadas crises, que do coração dos países desenvolvidos dominantes se alastram e contaminam o planeta todo, só reforçam a convicção de ativistas por outro mundo. O paradigma industrial capitalista, produtivista e consumista está sendo corroído por suas próprias contradições. Não é uma mera remodelação desse paradigma que vai dar outro rumo.

No caso da conferência Rio+20, tudo isso parece operar ao mesmo tempo. A crise funciona como desculpa para governantes não se comprometerem. Obama visitou o Brasil este ano e falou de quase tudo, até de Copa do Mundo e Olimpíadas, mas nada da conferência. Olhando para outro lado, o que os líderes europeus estão fazendo para tornar a Rio+20 marcante? E do Japão – dos terremotos, tsunamis e vazamentos nucleares –, podemos esperar algo? Os “emergentes”, com suas ambições de rápido crescimento,

a qualquer custo, são parte do problema, e não da solução. E aí, o que fazer se o próprio presidente da Rio+20 é um embaixador chinês na ONU? A conferência será no Brasil, mas em nossa agenda temos a retomada das usinas nucleares, o pré-sal, as grandes barragens na Amazônia e a flexibilização do Código Florestal. O quadro não poderia ser mais desalentador.

Em seu conteúdo, pouco ou nada se pode esperar da conferência. O tema principal é a economia verde, algo mais palatável do que falar de sustentabilidade, o que, no mínimo, põe em relevo a relação sociedade e natureza de forma mais ampla. Qualificar de verde uma economia cuja lógica é acumular riqueza acima de tudo, mercantilizando a natureza, gerando destruição e desigualdades, não passa da abertura de uma nova frente de negócios. O tema da governança, também na pauta, é outro engodo, pois se trata de empoderar organismos na ONU para a regulação do “negócio verde”. Para completar, o formato não é de uma cúpula, mas de uma conferência de nível ministerial, esvaziada por definição.

A nascente cidadania planetária, em sua diversidade de identidades e vozes dissonantes, não tem nada a esperar da Rio+20. Precisamos acreditar em nossa capacidade de instituintes e constituintes, chamados a destampar contradições e fazer avançar a história em certos momentos. Penso que estamos diante de um grande desafio e de uma possibilidade. O desafio é ter ousadia para sonhar as mudanças impossíveis de que a humanidade e o planeta precisam para mudar de paradigma. É também ter a coragem de fazer propostas vistas como impossíveis e agir para torná-las possíveis. É assim que se fez a história humana, com seus caminhos e descaminhos.

A possibilidade é aproveitar o tempo daqui até a Rio+20 e inverter o jogo. Em vez de reagirmos ao que se propõe e se discute na conferência oficial ou de fazer eventos paralelos, façamos que o evento principal seja o da cidadania, cabendo aos representantes da conferência oficial reagir ao que propomos e demandamos. O método é nosso método da cidadania ativa, em que o número mobilizado em torno de uma causa vira qualidade política e força transformadora. Precisamos ocupar e alargar o espaço público, politizar a economia e a vida, radicalizar as demandas democratizando a própria democracia, desta vez diversa, mas de dimensões e impacto planetários. A receita é simples: mobilização, participação e pressão, acreditando na força de nossos sonhos e ideias, formulando propostas ousadas.

Façamos da Rio 2012 um momento de indignação planetária e de virada cidadã. Precisamos fazer valer nosso poder cidadão, com seu enraizamento profundo na diversidade do que somos e nas situações que vivemos, na força de nossas ideias, na riqueza de nossas experiências de construção do futuro aqui e agora, em nossa capacidade de construir redes e mobilizar, em nossa incidência política. Como diz o poeta, “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

**Cândido Grzybowski é sociólogo e diretor do Ibase.*



A revolução energética dos investimentos

Em termos de demanda por energia, o primeiro dever de casa fundamental do governo brasileiro e do Congresso Nacional é a aprovação de um marco legal para novas energias renováveis até a Rio+20

POR RENATA CAMARGO E SÉRGIO LEITÃO*

Quase vinte anos após a Eco 92, conferência da ONU no Rio de Janeiro que consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, o mundo se encontra diante de um paradoxo: sabemos os caminhos e as soluções para alcançar uma sociedade mais justa e sustentável, mas não conseguimos avançar na transição para um modelo de desenvolvimento menos predatório na velocidade em que poderíamos e deveríamos.

De 20 a 22 de junho de 2012, o Brasil será palco da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Diante de um cenário de crise – ou pós-crise – que o mundo estará vivendo em 2012, não é esperado nenhum acordo internacional de dimensões mais grandiosas. É almejado, no entanto, que o Brasil, anfitrião do evento, possa aproveitar o momento para imprimir saltos qualitativos em relação às suas políticas de desenvolvimento com sustentabilidade.

Nas últimas décadas, a palavra sustentabilidade ganhou mais espaço em discursos políticos, empresariais e de outros segmentos da sociedade. Muitos governos têm reforçado a necessidade de aliar sustentabilidade ao desenvolvimento, enquanto empresas têm usado “selos verdes” para tentar imprimir qualidade a produtos e serviços. A lógica do investimento, porém, manteve sua prioridade em incentivos e garantias de recursos econômicos para atividades que causam destruição ao meio ambiente.

No Brasil, o governo pretende investir, nos próximos dez anos, 67,3% do orçamento total do setor energético (R\$ 686 bilhões) na exploração de petróleo e gás. Muito inferiores a isso, os investimen-

tos em novas energias renováveis – como biomassa, eólica e PCHs – representam apenas tímidos 6,8% de todo o orçamento (R\$ 69,1 bilhões). Há, portanto, uma clara prioridade em investir em energia suja, em vez de incentivar novas fontes limpas.

A prioridade do governo brasileiro em investir na exploração do petróleo nos próximos anos, especialmente em razão das descobertas do pré-sal, deve se refletir no aumento de emissões de gases de efeito estufa. Ainda que haja queda no desmatamento – principal causa das emissões brasileiras –, o Brasil pode permanecer na lista dos maiores emissores se não houver uma mudança radical nos rumos de nossa economia.

A previsão é que as emissões brasileiras saltem de 2,2 bilhões para 3,2 bilhões de toneladas de CO₂ nos próximos dez anos, de acordo com o decreto que regulamenta a Política Nacional sobre Mudanças do Clima. Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a projeção é que o setor de energia emita 868 milhões de toneladas de CO₂ em 2020.

A Rio+20 e seu processo preparatório devem funcionar como uma fagulha para esse *start* importante na mudança da lógica do investimento. Por ser realizada no Brasil, a conferência se torna uma privilegiada oportunidade para transformação do país. Estaremos no centro das atenções da cúpula: a conferência será o primeiro grande evento global desde que a presidente Dilma Rousseff assumiu o governo. Copa do Mundo e Olimpíadas serão realizadas posteriormente.

Em termos de demanda por energia, o primeiro dever de casa fundamental do governo brasileiro e do Congresso Nacional é a aprovação



© Daniel Kondo sobre fotografia de istockphoto

de um marco legal para novas energias renováveis até a Rio+20. Essa nova lei será imprescindível para garantir mais concretude às políticas e ações de fomento a energias renováveis, como solar, eólica e biomassa. Nesse cenário, são fundamentais a participação e o empenho de órgãos importantes no setor, como o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Um marco legal de energias renováveis deve impulsionar um aumento no nível de ambição em relação à participação de novas fontes renováveis na matriz energética. Ainda que os avanços recentes em relação à energia eólica – que deve crescer sete vezes em volume nos próximos três anos, saindo de 1.114 para 7.098 megawatts em 2014 – sejam louváveis, é preciso garantir maior vontade política para ampliar a participação de novas fontes renováveis no abastecimento energético brasileiro.

O governo tem divulgado que a matriz energética brasileira é composta de 45,4% de energias renováveis, sendo a maior parte usinas hidrelétricas. A energia hidráulica vem sendo considerada a economicamente mais viável no país, mas nessa avaliação não têm sido corretamente explicitadas as externalidades negativas sociais e ambientais dos empreendimentos – como se observa na polêmica da construção de Belo Monte – nem considerados os incentivos políticos e financeiros que o setor vem recebendo.

Ações de governo a longo prazo mostram, inclusive, que a vontade política em relação à ampliação de novas fontes renováveis na matriz é pouco audaciosa: de 2011 a 2020, de acordo com o Plano Decenal de Energia (PDE), o aumento de participação de energias renováveis na matriz energética brasileira será de apenas 0,9%, passando dos atuais 45,4% para 46,3%. É movido por essa pouca ousadia que o governo brasileiro se esquiva de levar para a Rio+20 qualquer meta de energias renováveis e decide por nem mesmo colocar essa discussão nos holofotes do debate.

O Plano Decenal de Energia, aliás, é um documento de planejamento estratégico do governo para os próximos dez anos que sinaliza e orienta decisões políticas e movimentações de mercado no setor. No mais recente plano, relativo ao período de 2011 a 2020, o governo não fez sequer menção à energia renovável com o maior potencial no país: a energia solar.

Ainda de custo elevado – muito por causa da falta de investimento no setor –, a energia solar pode ter uma contribuição *sine qua non* no processo de descentralização de energia no Brasil. Descentralizar a produção de energia é, sem dúvida, uma maneira eficiente de melhorar as condições de vida, especialmente da população de baixa renda. Em vez de investir em grandes projetos de energia hidráulica – que envolvem também altos custos de transmissão de energia elétrica –, uma boa política pública seria ampliar a participação da energia solar na matriz brasileira.

O Brasil tem um imenso potencial solar inexplorado, até mesmo em locais de extrema pobreza, como o sertão brasileiro e os rincões da Amazônia. Considerando que o governo brasileiro quer chamar a atenção na Rio+20 para o debate sobre a erradicação da pobreza, um cuidado especial com a energia solar neste momento é um caminho estratégico para reduzir as desigualdades no país. Para isso, é preciso ampliar investimentos e incentivos ao setor, inclusive para promover a indústria de equipamentos de energia solar.

Antes de tudo, governos, empresários, líderes sociais, sociedade civil e cidadãos precisam ter em mente que Brasil sem miséria é Brasil com recursos naturais preservados. Não há erradicação da pobreza sem preservação de nossas florestas, nossa água, nossos recursos biogenéticos, nossa fauna, nossa flora. Focar, portanto, um modelo de gestão sustentável e investir num modelo energético de novas fontes renováveis é primordial para alcançar uma nação sem pobreza.

É urgente a mudança no rumo dos investimentos para obtermos uma real revolução energética no Brasil. Ainda que os resultados internacionais da Rio+20 fiquem aquém do desejado, é possível garantir que a conferência seja plataforma para uma agenda brasileira realmente focada na sustentabilidade. A Rio+20 será usada como selo para legitimar diversas políticas e ações de governos e empresas. Cabe a nós, cidadãos brasileiros, mostrar à sociedade quais dessas políticas, projetos e ações são realmente modelos de uma economia verde sustentável e quais merecem ser desmascarados.

**Renata Camargo e Sérgio Leitão são, respectivamente, coordenadora de políticas públicas e diretor de campanhas do Greenpeace Brasil.*

As novas fronteiras da mercantilização da natureza

É urgente estabelecer um mecanismo multilateral de avaliação prévia ambiental, social, econômica e cultural das tecnologias, com participação real da sociedade civil e dos potenciais afetados, antes que elas cheguem aos mercados

POR SILVIA RIBEIRO*

A Rio+20 acontecerá em meio às maiores crises globais do último século: enorme devastação ambiental e da biodiversidade, crise climática, crise alimentar, financeira, econômica. Um dos temas principais da agenda é uma nova “economia verde”, termo que incita olhar para frente, em vez de analisar as causas das crises e o fato contundente de que após quase duas décadas da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) a maioria dos problemas discutidos naquele momento se acentuou.

A Rio+20 figura como um cenário-chave para o reordenamento discursivo e geopolítico global, em que – sob o rótulo de economia verde – discute-se a consolidação dos mercados financeiros a partir da natureza, o maior controle empresarial dos recursos naturais e a legitimação do uso de novas tecnologias de alto risco, como nanotecnologia, biotecnologia, biologia sintética e geoengenharia.

Um antecedente básico nas discussões oficiais rumo à Rio+20 é a Iniciativa sobre Economia Verde do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Com base nessas discussões, surgiu a proposta do “Green New Deal”, adotada por Barack Obama, como um cenário de “ganhar ganhar” perante a crise. Pretende-se, com essa iniciativa, enfrentar a crise financeira e climática com o redirecionamento dos investimentos para o “capital natural”, mais estímulos fiscais a empresas para energias supostamente limpas (que não o são necessariamente, como os agrocombustíveis), e a ampliação dos mercados de carbono e outros similares.

No mesmo contexto, o Pnuma publicou em 2009 o projeto TEEB (A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade, na sigla em inglês) e, em 2011, o extenso relatório “Rumo a uma economia verde”, que abarca três aspectos: investimento em capital natural (agricultura, água, bosques, pesca), investimento em eficiência energética e uso de recursos (energias renováveis, indústria manufatureira, lixo, construção civil, transporte, turismo, cidades) e transição à economia verde (financiamento e condições políticas favoráveis).

Ambos os relatórios foram coordenados por Pavan Sukhdev, um executivo do Deutsche Bank que trabalhava com a valorização econômica da biodiversidade para o Fórum Econômico de Davos. Sukhdev chama a biodiversidade de um “novo mercado milionário”. A mercantilização da natureza contida no TEEB e em outros programas, como o REDD no caso dos bosques, representa a salvação para os investidores diante do naufrágio de outros mercados financeiros especulativos. E para as economias emergentes, que possuem uma enorme biodiversidade, representa novas oportunidades de negócios.

Essas propostas de economia verde se baseiam em três pilares:

- maior mercantilização e privatização da natureza e dos ecossistemas, integrando suas funções (definidas como “serviços”) aos mercados financeiros;
- promoção de novas tecnologias e vasta expansão do uso de biomassa;
- um marco de políticas que permitam e subsidiem com recursos públicos esses desenvolvimentos privatizadores.

Os sistemas de pagamento por serviços ambientais e de comércio de carbono não aliviaram a crise climática, porém tiveram graves impactos sobre as comunidades. E são muito atrativos para as empresas contaminadoras e para os investidores de risco, porque, por um lado, abrem possibilidades de lucro por meio da especulação com os bônus de carbono nos mercados secundários e, por outro, permitem que as empresas sigam com as mesmas atividades contaminantes, afirmando cumprir as regulações sobre mudança climática.

A proposta tecnológica é complementar a esse cenário e chave perante a crise, pois revitaliza a indústria produtiva com fontes de lucro extraordinárias, enquanto reforça a ilusão de que não é necessário revisar as causas das crises: tudo pode ser resolvido com mais tecnologia.

Ademais, as patentes tecnológicas – inclusive para a produção de energias como eólica e solar – estão quase totalmente nas mãos de grandes empresas, que assim aproveitam novas oportunidades de negócios.



© Daniel Kondo sobre fotografia de istockphoto

Muitas das tecnologias consideradas implicam o uso de nanotecnologia, uma indústria que não está regulamentada em nenhum lugar do mundo, apesar das centenas de estudos que mostram a toxicidade das nanopartículas e de nanocompostos sobre a saúde e o meio ambiente. Tampouco se conhece o custo energético real de todo o ciclo de vida dos produtos nanotecnológicos nem o manuseio do lixo tóxico que geram, entre outros fatores.

Outra nova tecnologia subjacente às propostas de economia verde é a biotecnologia, que implica desde mais cultivo de transgênicos para agrocombustíveis e “resistentes ao clima” até biologia sintética: a construção de genes em laboratório, processos metabólicos ou micróbios construídos sinteticamente para produzir novas substâncias industriais. Os usos mais imediatos se referem ao processamento de celulose, que antes não era viável pela ineficiência e alto custo. Com micróbios provenientes da biologia sintética, é possível processar qualquer fonte de carboidrato – como celulose – para a fabricação de polímeros que podem ser convertidos em combustíveis, farmacêuticos, plásticos ou outras substâncias industriais. Assim, toda a natureza, tudo o que está ou esteve vivo é visto como “biomassa”, a nova matéria-prima universal para processos da biologia sintética. A disputa industrial pela apropriação de qualquer fonte de biomassa natural ou cultivada está em marcha e é uma das maiores novas ameaças à natureza, aos povos, às fontes de água e alimentos do planeta.

O extremo em termos de riscos das novas tecnologias aparece no campo da geoengenharia. Em vez de atuar sobre as causas da crise cli-

mática, propõe manipular o clima planetário para esfriar a Terra. Entre as soluções estudadas, estão a criação de nuvens vulcânicas artificiais que atuariam como filtro para os raios solares, o uso de biomassa para queimar e fertilizar o solo como sequestro de carbono, mais monoculturas de árvores e transgênicos refletores, fertilização dos mares com ferro ou ureia para estimular a absorção de carbono etc. Todas essas propostas são pensadas em grande escala, caso contrário não teriam eficácia no clima global – e gerariam graves impactos locais. Os efeitos de manipular um sistema global, pouco conhecido e de alta complexidade como o clima poderiam ser devastadores para muitos países, que nem sequer estariam envolvidos nessas práticas. A possibilidade de apropriar-se do termostato global seria dada aos países com mais recursos e tecnologias para desenvolver a geoengenharia.

Por todos esses fatores, é urgente estabelecer um mecanismo multilateral de avaliação prévia ambiental, social, econômica e cultural das tecnologias, com participação real da sociedade civil e dos potenciais afetados, antes que elas cheguem aos mercados. Tecnologias extremamente perigosas e com alto potencial bélico, como a geoengenharia, deveriam ser proibidas durante a Rio+20.

É imprescindível atacar as causas das crises, os padrões de produção e consumo, a apropriação da natureza pelas transnacionais. Nos movimentos sociais, existem múltiplas propostas viáveis para isso, como a soberania alimentar reivindicada pela Via Campesina, que ademais já está esfriando o planeta.

**Silvia Ribeiro é diretora na América Latina do Grupo ETC (www.etcgroup.org).*

Acordo sobre desenvolvimento sustentável

No Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão assessor da Presidência da República, constituído por pessoas da sociedade civil brasileira, tomamos a iniciativa de tratar da agenda da Rio+20

POR CLEMENTE GANZ LÚCIO*



© Daniel Kondo sobre fotografia de Reuters/ Handout

Em 1992, no Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Vinte anos se passaram, período no qual se observou o espraiamento da agenda ambiental. Países, governos, empresas, organizações públicas e privadas, trabalhadores, consumidores, jovens e crianças, gradativamente, passaram a se dar conta de que a questão ambiental – seja a poluição da água, do solo e do ar, seja a destruição das florestas, dos biomas e de diferentes formas de vida, bem como a mudança climática – era um problema extremamente grave. No Rio de Janeiro, os chefes de Estado lançaram um comunicado sobre a

urgência de enfrentar esses problemas e colocaram os desafios de metas a serem atingidas. Sob a ponte que une os extremos dessas duas décadas, muita água passou.

No Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão assessor da Presidência da República, constituído por pessoas da sociedade civil brasileira, tomamos a iniciativa de tratar da agenda da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O CDES já havia elaborado um conjunto de propostas estratégicas para esse novo ciclo de desenvolvimento que vive o Brasil, orientado pela visão da sustentabilidade. O bem-

-estar social e a qualidade das diferentes formas de vida devem ser alcançados pelo equilíbrio entre o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental. O resultado aplicado e esperado dessa tríade ainda é um sonho, cuja possibilidade de realização precisa ser construída pelas sociedades em cada contexto histórico, político e territorial.

A iniciativa do CDES foi ampliada e potencializada a partir da demanda de um conjunto de organizações da sociedade civil que, participando de dois colóquios promovidos por esse conselho para tratar da Rio+20, propôs que articulássemos um espaço de diálogo sobre a agenda da nova conferência. Organizações de trabalhadores, empresários, ambientalistas, ONGs e empresas reuniram-se em dois encontros e outras atividades de sistematização e produção. Mesmo diante das dificuldades para a convergência de opiniões – pois havia diferentes enfoques sobre a temática do desenvolvimento sustentável – identificou-se que seria pertinente o movimento de tentar estabelecer um posicionamento comum da sociedade civil. O problema e o fracasso no enfrentamento da questão atingem a todos e colocam a vida no planeta em risco. Há algo maior em jogo, que exige um novo campo de entendimento político, novas alianças, mesmo porque somos sabedores das dificuldades existentes, considerando o espectro de posicionamentos e proposições no campo de organizações reunidas.

Optou-se, então, por um olhar prospectivo, qual seja, a agenda que sairá desta próxima conferência, com base na visão crítica das duas últimas décadas em relação à agenda declarada na Rio 92. E houve um grande consenso: as propostas e metas declaradas há vinte anos careceram de efetividade. Em função disso, mais que declarar novos conteúdos e metas – todos necessários para este novo período –, ou mesmo ficar debatendo posicionamentos mais precisos sobre questões controversas, evidenciou-se que é necessário ter um posicionamento muito claro e forte: é urgente e crítico que se ganhe efetividade na agenda do desenvolvimento sustentável!

A partir desse posicionamento estratégico, as mais de setenta organizações que assinaram o documento consideraram que o histórico de mobilizações, conferências, acordos e legislações nacionais e internacionais sobre meio ambiente produzidos nos últimos vinte anos e o imenso déficit de aplicação dessas deliberações apontam como tarefa primordial da Conferência Rio+20 construir um compromisso político irreversível com o desenvolvimento sustentável:

- entender que questões ambientais, sociais e econômicas estão envolvidas de maneira intrínseca e articuladas na promoção da sustentabilidade, tendo as dimensões política, ética, cultural e jurídica como base para o desenvolvimento sustentável;
- considerar a equidade entre as pessoas – com destaque para a equidade entre raças, etnias, gêneros e gerações, e entre países e

regiões de um mesmo país – e as liberdades fundamentais para todos como elementos transversais a todas as políticas e ações de promoção do desenvolvimento sustentável.

O compromisso deverá se traduzir em agendas nacionais de desenvolvimento que apontem estratégias, constituindo roteiros para o desenvolvimento sustentável, e potencializem parcerias em todos os níveis. Também deverá ser definidor de metas e indicadores para monitorar e mensurar processos de desenvolvimento sustentável.

Propor uma nova governança multilateral participativa para o desenvolvimento sustentável é parte do compromisso e imprescindível para sua efetividade.

O compromisso deverá envolver o conjunto dos países, dentro do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. E cada país deverá envolver, necessariamente, governos e sociedade – empresários, trabalhadores, movimentos e organizações sociais.

Esse posicionamento estratégico foi desdobrado em um conjunto muito rico e interessante de proposições sobre como promover o desenvolvimento sustentável, a economia verde e a erradicação da miséria e pobreza (a íntegra do documento pode ser acessada em <www.cdes.gov.br/evento/8424/evento-acordo-para-o-desenvolvimento-sustentavel.html>).

Na 5ª Mesa Redonda Brasil – União Europeia, evento que reúne representantes do CDES e do Cese (Conselho Econômico e Social Europeu) e foi realizado no início de novembro, no Porto, em Portugal, os membros daquele conselho propuseram, em razão do conteúdo e do caráter das propostas do acordo construído no Brasil, assinar esse mesmo documento.

Agora estamos nos articulando para participar da preparação da conferência. Consideramos que o primeiro maior desafio será garantir a presença dos chefes de Estado, dado que a ausência deles significará a perda relativa dessa agenda em relação às questões colocadas pela grave crise internacional. A sociedade civil deverá realizar ações que mobilizem seus governantes a comparecer.

O segundo maior desafio será transformar os graves problemas criados pela crise internacional em uma oportunidade para promover a agenda de desenvolvimento sustentável. Os problemas que afligem os países desenvolvidos travam as economias, colocam em risco o Estado de bem-estar social e podem trazer graves consequências para os países em desenvolvimento. Saídas com o mesmo padrão de desenvolvimento somente agravarão a agenda ambiental e ampliarão as desigualdades. Há oportunidade de promover mudanças substantivas no padrão de produção e consumo, conduzido por valores socioambientais e pela perspectiva da distribuição orientada pela igualdade.

**Clemente Ganz Lúcio é sociólogo, diretor técnico do Dieese, membro do CDES e do Conselho de Administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).*

O meio ambiente entre o mercado e a justiça

É sabidamente para as regiões pobres que se têm dirigido, sobretudo após a liberalização das economias, os empreendimentos econômicos mais danosos em termos ambientais

POR HENRI ACSELRAD*



© Daniel Kondo sobre fotografia de Reuters/ David Gray

Neste ano de 2011, faz exatos vinte anos da divulgação do mal-afamado Memorando Summers, texto de circulação restrita aos quadros do Banco Mundial, que, no contexto preparatório da Conferência Rio 92, chegou às mãos da imprensa internacional. Nesse documento, o economista-chefe daquela instituição desenvolvia a seguinte proposição: “Cá entre nós, não deveria o Banco Mundial estar incentivando mais a migração de indústrias poluentes para os países menos desenvolvidos?”.

Lawrence Summers, autor do referido documento, apresentava três razões para que os países periféricos fossem o destino dos ramos industriais mais danosos ao meio ambiente:

- 1) o meio ambiente seria uma preocupação “estética” típica apenas dos bem de vida;
- 2) os mais pobres, em sua maioria, não vivem mesmo o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental;
- 3) na “lógica” econômica, poder-se-ia considerar que as mortes em países pobres têm custo mais baixo do que nos ricos, dado que os habitantes dos países mais pobres recebem salários relativamente mais baixos.

Esse memorando acabou sendo divulgado para além do âmbito do Banco Mundial¹ e teve uma repercussão profundamente negativa para a instituição. Diante do mal-estar criado, a alegação de seu autor foi a

de que se tratava apenas de uma espécie de exercício de provocação.²

De qualquer forma, afora o desmentido que o Banco Mundial tivesse intenções ambientalmente perversas contra os despossuídos, é sabidamente para as regiões pobres que se têm dirigido, sobretudo após a liberalização das economias, os empreendimentos econômicos mais danosos em termos ambientais. Do mesmo modo, é nas áreas de maior privação socioeconômica e/ou habitadas por grupos sociais e étnicos sem acesso às esferas decisórias do Estado e do mercado que se concentram a falta de investimentos em infraestrutura de saneamento, a ausência de políticas de controle dos depósitos de lixo tóxico, a moradia de risco e a desertificação, entre outros fatores concorrendo para as más condições ambientais de vida e de trabalho.

Para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais sobre as populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem se consagrado o termo *injustiça ambiental*. Em contraponto, a noção de *justiça ambiental* foi cunhada para denominar um quadro de vida desejável, no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada.

Sabe-se que desde a Conferência Rio 92 o pensamento liberal veio investindo na despolitização da questão ambiental, procurando evitar que o debate internacional terminasse por favorecer a criação de novos instrumentos de regulação, disseminando ideias de que “a propriedade privada assegura melhor proteção ao meio ambiente”, “uma regulamentação mais rigorosa não assegura maior proteção ambiental, podendo, ao contrário, resultar em menor proteção” e outros argumentos constituintes do que Albert Hirschman chamou de “tese da perversidade”, pela qual a retórica reacionária, ao longo dos últimos duzentos anos, procurou sugerir que qualquer tentativa de mover a sociedade em direção a promover justiça social ou proteção ambiental faria que ela se movesse na direção contrária.³

Ao longo dos anos 1990, os *think tanks* neoliberais concentraram seus esforços em tentar integrar a agenda ambiental à agenda do liberalismo: cabia-lhes mostrar que as instituições políticas convencionais poderiam internalizar as preocupações ecológicas no propósito de conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso. Ou seja, mais do que legitimar o mercado como melhor instrumento para equacionar os problemas ambientais, procurava-se fazer do meio ambiente uma razão a mais para aplicar o programa de reformas liberais.

O avanço do processo de globalização, por sua vez, veio reconfigurar a correlação de forças pertinentes aos processos decisórios, afrouxando as condições de vigência de regulações políticas, de respeito aos direitos sociais e às normas ambientais. As reformas liberais favoreceram concretamente, para os interesses das grandes corporações, ganhos de mobilidade que têm sido decisivos para a prosperidade capitalista em sua etapa flexível. Com a desregulamentação, caiu consideravelmente o custo de deslocamento das unidades de produção

de um ponto para outro do espaço produtivo mundial. As grandes corporações puderam, assim, escolher com maior liberdade as condições político-institucionais que lhes parecessem mais favoráveis para definir sua implantação espacial. Assim, a força econômica das grandes corporações transformou-se diretamente em força política – posto que elas praticamente se habilitaram a ditar a configuração das políticas urbanas, ambientais e sociais, obtendo a flexibilização das normas com o argumento de sua suposta capacidade de gerar empregos e receitas públicas. Ao mesmo tempo, os Estados nacionais, enfraquecidos em sua capacidade regulatória, concentraram-se em assegurar a entrada de capitais e a estabilidade monetária, fazendo depender seriamente a sustentabilidade do meio ambiente da “sustentabilidade” financeira dos bancos e oferecendo como atrativos a rigidez dos salários e a flexibilização das normas ambientais.

Nesse contexto, quais têm sido os mecanismos responsáveis pela distribuição desigual das atividades poluentes, com sua concentração crescente nos países periféricos? Ocorre que, a pretexto de responder às pressões competitivas em torno do capital escasso e nômade, as autoridades tendem a ceder a muitas das pressões dos detentores do poder de investir, entre elas a da aceitação de instalações, equipamentos e tecnologias que foram recusados em seu país de origem. Quando se tornam evidentes os riscos trazidos por tais empreendimentos, vemos singulares processos de inversão de responsabilidade, em que autoridades de controle ambiental esforçam-se em se mostrar indignadas diante da ocorrência de vazamentos, explosões e outros episódios que exprimem a privatização de fato do ambiente comum de mares, rios e atmosfera – episódios esses que são a pura manifestação de sua própria incapacidade de cumprir o papel de fiscalização, prevenção e controle.

É por essa razão que os movimentos de justiça ambiental no Brasil procuram condenar a chantagem locacional pela qual grandes corporações condicionam seus investimentos à obtenção de vantagens em termos de flexibilização das leis e normas ambientais, com a crescente concentração de instalações e empreendimentos danosos junto dos mais despossuídos. É para impedir a efetivação da racionalidade Summers que a declaração de criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental afirma buscar “favorecer a constituição de sujeitos coletivos de direitos na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem o combate à desigualdade ambiental e a democratização do acesso aos recursos ambientais do país”.

*Henri Acselrad é professor do IPPUR/UFRJ e pesquisador do CNPq.

1 “Let them eat pollution”, *The Economist*, 8 fev. 1992.

2 A mesma revista que publicara o memorando à revelia do autor afirmou, no número seguinte, que a lógica econômica ali apresentada era “perfeita”. Elogiou, assim, o debate aberto pelo memorando, lamentando apenas que o autor tivesse utilizado uma linguagem um tanto grosseira.

3 Albert Hirschman, *Retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*, Companhia das Letras, São Paulo, 1992.

Esverdeando o capitalismo: a farsa das corporações para a Rio+20

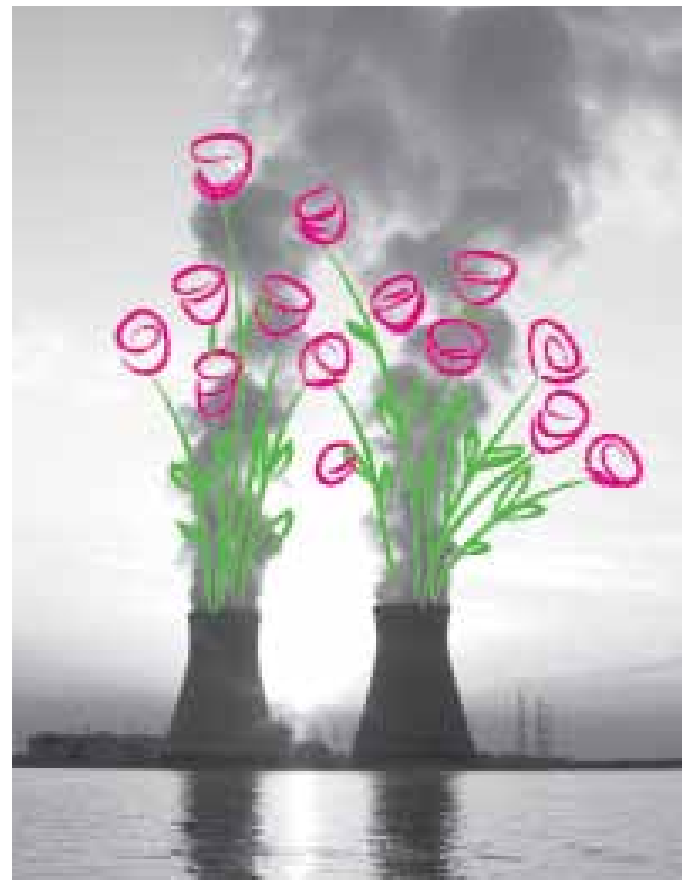
A crise ambiental tornou-se a justificativa para a “descoberta” e regulamentação de uma nova fronteira para expansão e circulação de capital que, na prática, corresponde à mercantilização dos recursos naturais

POR ANDRESSA CALDAS E SANDRA QUINTELA*

A história é sempre repetida nesses manuais de empreendedorismo vendidos em livrarias de aeroporto: em algum idioma chinês, o anagrama para as palavras “crise” e “oportunidade” é o mesmo. Algo assim... Na mesma linha, essas publicações criam frases bacanas com as palavras “crise” e “crie” para demonstrar como é sempre possível tirar proveito e extrair soluções de situações desfavoráveis ou adversas.

De fato, é impressionante a capacidade criativa que as grandes empresas e instituições financeiras têm de se reinventar e auferir ainda mais lucros nos momentos de instabilidade política, de grandes tragédias sociais ou catástrofes naturais. Como usualmente esses grupos têm forte incidência sobre os governos da vez, as novidades também chegam em forma de planos econômicos de austeridade, pacotes de ajuste fiscal, maior endividamento público, políticas de privatização e de flexibilização do trabalho, sempre com os mais diversos (e criativos) nomes.

Milton Friedman, o papa do neoliberalismo, propagava o que chamou de “tratamento econômico de choque”, recomendando que medidas econômicas duras deveriam ser postas em prática logo após desastres e tragédias. Naomi Klein, em seu livro *Doutrina do choque*: a ascensão do capitalismo do desastre, demonstra como essa mesma lógica operou nos países após eventos icônicos de nossa época, como o golpe de Estado de Pinochet no Chile, em 1973, a Guerra das Malvinas, o 11 de Setembro de 2011, a invasão do Iraque e os desastres do furacão Katrina e do tsunami de 2004.¹



© Daniel Kondo sobre fotografia de Dreamstime

E eis que, nas entradas do século XXI, diante da contaminação e poluição generalizada do ar, do solo e da água, das mudanças climáticas e das inúmeras e frequentes catástrofes socioambientais que atingem diferentes regiões do planeta, a nova solução promovida pelo mundo corporativo – encampada por governos e instituições como Banco Mundial e Pnuma – responde pelo nome de “economia verde”.

LOBO “VEGETARIANO” NA PELE DE CORDEIRO QUER TOMAR CONTA DO REBANHO

Rapidamente, a crise ambiental tornou-se a justificativa para a “descoberta” e regulamentação de uma nova fronteira para expansão e circulação de capital que, na prática, corresponde à mercantilização dos recursos naturais. É nesse contexto que o Brasil recebe a Rio+20, evento que pretende discutir os novos rumos para... uma “economia verde”.

Sob a égide do chamado “desenvolvimento sustentável”,² esse “esverdeamento” do capitalismo está diretamente relacionado ao aumento exponencial da apropriação dos recursos naturais, da expropriação de pessoas e comunidades de suas terras e territórios e, finalmente, da exploração de agricultores e comunidades tradicionais, que, mediante contratos públicos ou privados, passam então a ser considerados “prestadores de serviços ambientais”. Em outras palavras: privatização e financeirização da natureza e crescimento maciço de violações de direitos humanos. Isso, obviamente, não aparece nos comerciais felizes da TV nem nos relatórios de sustentabilidade publicados por grandes empresas.

O mercado “verde”, como era de esperar, traz consigo suas “logomarcas”. TEEB, REDD, REDD+ e PSA (ou PSE) são mecanismos criados nos últimos anos para precificar, mercantilizar e financeirizar os recursos naturais, seu uso e acesso, de forma que grandes corporações continuem poluindo e passem também a comprar o direito de poluir. São negociados na Bolsa de Valores pelas mesmas grandes corporações internacionais de sempre, e com isso os países pobres ou “em desenvolvimento” – ricos em biodiversidade – se submetem mais uma vez a uma lógica de expropriação máxima, por meio da qual se aprofundam as relações desiguais Norte-Sul em que a remessa líquida de capitais cresce em razão desses novos/velhos mecanismos de endividamento público gerado por esses novíssimos produtos ambientais.

De acordo com a lógica do “mercado de crédito de carbono”, os povos indígenas, camponeses e outras populações tradicionais passam a fornecer um novo tipo de trabalho remunerado, suas florestas viram uma mercadoria, e a natureza, um serviço ambiental. Considerando o grande valor financeiro envolvido, projetos que já estão em curso demonstram problemas como militarização, desapropriações, fraudes, conflitos, corrupção, coerção, além de outros crimes ambientais.³

Estados, corporações e ONU fazem questão de esconder o óbvio: a atual “crise ecológica” é consequência direta da expansão da pecuária e do agronegócio, com o uso intensivo de agrotóxicos, das indústrias de mineração, petróleo e siderurgia, entre outras, e das grandes obras de infraestrutura que governos têm impulsionado para atender às demandas forjadas por essas companhias. E principalmente que, como se vê, essa onda verde não retrocede em nada a crise, que só poderia ser freada com uma revisão profunda dos modelos de desenvolvimento hegemônicos no mundo de hoje.

EO BRASIL?

É por essa afirmação que muitos grupos e movimentos sociais brasileiros e de outros países têm questionado a incongruência de o país ser sede de uma conferência de meio ambiente. Um estudo divulgado recentemente pela Universidade de Oxford concluiu que, “enquanto China, Índia e Rússia têm criado leis para proteger suas florestas e agem para recuperar o que já foi devastado, o Brasil segue na contramão, desmatando mais do que é reflorestado”.⁴ Obviamente, esse quadro é agravado quando há uma sinalização de flexibilização do controle de infrações e ilegalidades ambientais, como aponta a proposta de novo Código Florestal.

O país se posiciona como novo global player a partir de um modelo de desenvolvimento que reforça seu papel como país exportador de commodities (minérios, carne, soja, petróleo, celulose etc.), que representam cerca de 70% da pauta de exportação e requerem grande uso de recursos naturais, como água, solo, energia, biomassa, implicando fortes impactos sobre a natureza e os direitos humanos. Por outro lado, os megaprojetos de infraestrutura do governo, como sabemos, aten-

dem às demandas forjadas pelas grandes corporações, não por coincidência, as grandes doadoras das campanhas eleitorais.

As violações de direitos humanos causadas por esse modelo envolvem arbitrariedades nos processos de licenciamento, falta de consulta prévia a comunidades impactadas, maciças remoções e despejos violentos de comunidades urbanas e rurais, falta de controle sobre os impactos sociais e ambientais desses projetos, aumento da concentração fundiária e da violência no campo, e uma onda de criminalização dos movimentos sociais e defensores de direitos. Vários desses aspectos são encontrados em projetos extremamente propagandeados pelo governo, como no caso da usina de Belo Monte, no Pará, e em empreendimentos gigantescos de corporações transnacionais, como na Companhia Siderúrgica do Atlântico (RJ), da alemã ThyssenKrupp e da Vale, no Programa Grande Carajás (MA e PA), também da Vale, e do Complexo Industrial do Porto do Açu (RJ), do grupo de Eike Batista.

Representantes de comunidades, acadêmicos, movimentos e organizações sociais que questionam esses caminhos tortos do desenvolvimento brasileiro – e que estarão invisibilizados no evento oficial da ONU – se reúnem no evento paralelo à Rio+20, a Cúpula dos Povos, organizada pela sociedade civil. Lá, organizarão mobilizações, atos públicos e debates para desmascarar a falácia da economia verde, denunciar a responsabilidade de corporações e governos na destruição da natureza, e potencializar as milhares de experiências políticas e econômicas pautadas na agroecologia, na economia solidária, no bem viver e no respeito à biodiversidade e aos direitos humanos.

**Andressa Caldas é ativista de direitos humanos, diretora executiva da organização brasileira de direitos humanos Justiça Global e membro da coordenação colegiada da Plataforma Dhesca. Sandra Quintela é socioeconomista do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs) e coordenadora regional da rede Jubileu Sul Américas.*

- 1 No Brasil, só para citar um exemplo, logo após os ataques do PCC e o revide desproporcional dos agentes públicos do Estado, que ocasionou mais de 450 mortes em maio de 2006, registrou-se um crescimento extraordinário da indústria de segurança privada e das companhias de seguros.
- 2 “El concepto de desarrollo sostenible tuvo una extraordinaria eficacia política e ideológica. Respondió en términos que parecían tomar en cuenta los cuestionamientos al desarrollo, mientras que en realidad lo que hacía era reforzarlo. Operó como un dispositivo tranquilizador en la medida en que logró crear la ilusión de que se estaban tomando medidas efectivas en respuesta a la crisis diagnosticada. Al no cuestionar la lógica de la acumulación capitalista y el modelo de la sociedad industrial como causas fundamentales de la destrucción de las condiciones que hacen posible la vida, operó como mecanismo legitimador de la globalización neoliberal, que de ese modo pasó a presentarse como sostenible, a pesar de su avasallante dinámica devastadora.” Edgardo Lander, “El lobo se viste con piel de cordero. El cuento de la economía verde”, Revista America Latina en Movimiento, Quito, set.-out. 2011.
- 3 Rede Indígena sobre o Meio Ambiente, “Rápido enriquecimiento con desalojos, usurpación de tierras y destrucción de la biodiversidad”. Disponível em: <www.ienearth.org/REDD/espanol.pdf>.
- 4 “Brasil perde para outros Brics na hora de proteger suas florestas”. Disponível em: <www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111122_florestas_comparacao_imazon_mdb.shtml>.

Declaração de Manaus

“Povos indígenas no caminho para a Conferência Rio+20”. Encontro preparatório mundial dos povos indígenas sobre Rio+20 e Kari-oca 2

Nós, representantes das organizações dos povos indígenas e redes da América Latina e Caribe, Ásia, África e América do Norte, nos reunimos para discutir e decidir de forma consensual sobre nosso envolvimento efetivo nos processos de preparação e verificação da Conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Agradecemos a Fundação Ford, o Fundo Indígena e a ONU Mulheres por fornecer os recursos para permitir que esse encontro pudesse acontecer. Agradecemos também a Coica, o Fórum Permanente das Nações Unidas para Assuntos Indígenas, o Comitê Intertribal e a Coiab pela co-organização desse evento.

Relembramos nossa participação ativa na Cúpula da Terra, no Rio, em 1992, e nos processos paralelos que organizamos e que resultaram na “Declaração da Kari-Oca dos Povos Indígenas”. Os documentos da Eco 92, que incluem a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21, reconhecem o papel vital dos povos indígenas no desenvolvimento sustentável.

Organizamos nossos próprios eventos durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002 (Rio+10), em Johannesburgo, África do Sul, onde adotamos a Declaração de Kimberley e o Plano dos Povos Indígenas para a Implementação do Desenvolvimento Sustentável. A Rio+10, um evento de alta classe da ONU, com mais de cem chefes de Estado, reconheceu e usou o termo “povos indígenas” pela primeira vez na história das Nações Unidas.

Conquistamos a adoção da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, o estabelecimento do Fórum Permanente das Nações Unidas para Assuntos Indígenas, o Relator Especial das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas e o Mecanismo de Peritos sobre Direitos dos Povos Indígenas. Isso ampliou nossa participação e visibilidade e aumentou a conscientização da comunidade global sobre nossos direitos e prioridades. Participamos dos processos de desenvolvimento ou revisão das políticas para os povos indígenas de vários órgãos, agências e fundos das Nações Unidas.

Em 2010, o Acordo de Cancún sobre a Convenção-Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e o Protocolo de Nagoya sobre acesso e repartição de benefícios de recursos genéticos reconheceram os direitos contidos na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a necessidade de respeitar e proteger

os direitos e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas.

Estamos convictos de que a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas deve servir como um arcabouço fundamental que sustenta todas as políticas e programas nacionais e internacionais sobre desenvolvimento sustentável.

Reconhecemos as principais lacunas na aplicação dos acordos internacionais sobre direitos humanos. As graves violações dos nossos direitos às nossas terras, territórios e recursos e à autodeterminação pelos Estados e corporações permanecem sendo os principais obstáculos para alcançar o desenvolvimento sustentável. Ativistas e líderes indígenas, defendendo seus territórios em muitas partes do mundo, ainda continuam sendo perseguidos, torturados, difamados como terroristas e assassinados por poderosos interesses. Como o desenvolvimento sustentável não foi aplicado substancialmente, o mundo está agora enfrentando uma múltipla crise: ecológica, econômica e climática, incluindo erosão da biodiversidade, desertificação, escassez de alimentos, água e energia, a pior recessão econômica global, instabilidade social e crise de valores.

Exigimos uma moratória às atividades da indústria extrativa desenvolvidas sem consentimento em terras e territórios indígenas, especialmente às que produzem contaminação e gases de efeito estufa.

Estamos convencidos das contribuições cruciais que podemos fazer para o desenvolvimento sustentável mantendo nossos sistemas indígenas de governança, sociais e econômicos, e nossas práticas e conhecimentos tradicionais. Pedimos que a Rio+20 inclua a cultura como um dos pilares principais do desenvolvimento sustentável.

Apelamos às Nações Unidas para garantir a participação formal, plena e efetiva dos povos indígenas em todos os processos e atividades da Conferência Rio+20 e de seus mecanismos preparatórios e de acompanhamento, em concordância com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e com o princípio de consentimento livre, prévio e informado.

Estamos preocupados com os temas e processos relacionados à economia verde e ao marco institucional sobre desenvolvimento sustentável. Em relação a este último, acreditamos que, enquanto os governos continuarem a aplicar o modelo de desenvolvimento dominante, qualquer esforço para reformar as instituições globais e nacionais será inadequado.

Continuamos desafiando esse modelo de desenvolvimento que



promove dominação da natureza, crescimento econômico incessante, extração ilimitada de recursos, fins exclusivamente lucrativos, consumo e produção insustentáveis e mercados de *commodities* e financeiros desregulados. Esse sistema predominante falha na compreensão de que os humanos são parte integrante do mundo natural e no respeito aos direitos humanos inerentes, incluindo os direitos dos povos indígenas. Acreditamos que nossas visões de mundo e respeito às leis naturais, nossas espiritualidades e culturas e nossos valores de reciprocidade, harmonia com a natureza, solidariedade, coletividade, cuidado e partilha, entre outros, são cruciais para proporcionar um mundo mais justo, equitativo e sustentável.

Continuamos a habitar e a conservar os últimos ecossistemas sustentáveis remanescentes e a maioria dos *hotspots* de biodiversidade no mundo. Podemos contribuir substancialmente para o desenvolvimento sustentável, mas acreditamos que deve ser promovido um marco institucional holístico para o desenvolvimento sustentável. Isso inclui a integração da abordagem baseada nos direitos humanos, da abordagem ecossistêmica e da abordagem sensível à cultura e baseada em conhecimento.

No caminho para o Rio+20, acordamos o seguinte:

1. Fazer nossas próprias avaliações nacionais e regionais de como temos colocado em prática nosso Plano dos Povos Indígenas para a Implementação do Desenvolvimento Sustentável (Johannesburgo, 2002) e consolidar isso em relatórios regionais e globais que podem ser submetidos ao Documento Final da Rio+20 e à 11ª Sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas para Assuntos Indígenas e outros órgãos relevantes.
2. Criar oportunidades adequadas para que os povos indígenas critiquem os conceitos de economia verde e do marco institucional para o desenvolvimento sustentável construídos até o momento.
3. Difundir amplamente a informação para nosso povo e nossas

comunidades e encorajá-los a contribuir com suas visões e o trabalho que estão fazendo para promover o desenvolvimento sustentável em vários níveis.

4. Organizar conferências preparatórias locais e regionais para permitir maior participação dos povos indígenas.
5. Participar das várias reuniões preparatórias oficiais para a Rio+20, organizadas pela ONU, e da própria conferência e contribuir para o conteúdo do Documento Final da Conferência.
6. Organizar a Kari-Oca 2, como uma conferência mundial dos povos indígenas, onde vamos compartilhar nossos esforços para pôr em prática desenvolvimento com identidade e cultura, ou autodeterminado, planos de vida, conceitos de viver bem e bem-estar, como *bien vivir*, *laman laka*, *innayan* etc. e os esforços para alcançar um consenso sobre temas e questões relativos à Rio+20.
7. Estabelecer uma exposição de como estamos praticando o desenvolvimento sustentável em nossas comunidades e como estamos defendendo nossas terras, territórios e recursos, assim como nossas formas de lidar com os obstáculos que enfrentamos.
8. Organizar eventos paralelos e coletivos de imprensa durante a Rio+20, que serão realizados tanto no local oficial quanto em outros lugares designados para os grupos principais.
9. Manter diálogos com outros movimentos sociais, outros grupos principais, agências da ONU, programas e fundos antes e durante a Rio+20.
10. Garantir a participação equilibrada de indígenas mulheres, idosos e jovens.

Assinado e acordado pelos participantes em 24 de agosto de 2011, em Manaus, Brasil.

LE MONDE
diplomatie BRASIL

EXPEDIENTE

Diretor e editor-chefe
Silvio Caccia Bava

Editor
Luís Brasilino

Editores de arte
**Adriana Fernandes
e Daniel Kondo**

Editora web e
pesquisa iconográfica
Francele Cocco

Revisão
Lara Milani

Tradução
**Livia Chede
Almendary**

Capa
**Ilustração de
Daniel Kondo
sobre foto de
Jorge Silva/
Reuters**

PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES



QUEM AMA ABRACA.COM.BR



Quem ama abraça!

